



O jornalista brasileiro face ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão: reengenhamento do repertório de legitimação profissional

El periodista brasileño frente al fin de la obrigatoriedad del diploma para el ejercicio de la profesión: reordenamiento del repertorio de legitimación profesional

Brazilian journalists vis-à-vis the end of the mandatory diploma to practice the profession: rearranging the professional legitimation repertoire

Fábio Henrique PEREIRA ¹

Kênia MAIA ²

Recibido: 16.08.15

Aprobado: 23.10.15



Ver licencia <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode>

RESUMEN

El artículo identifica y analiza las dinámicas de reorganización y reordenamiento del repertorio de legitimación y de justificación de la relación entre formación académica y competencia profesional en la construcción de la identidad profesional de los periodistas brasileños. El objetivo es estudiar las estrategias discursivas de defensa vinculadas al grupo profesional de los periodistas cuando éstos se encuentran amenazados. Investigamos también las modalidades de implicación en el espacio público de los actores sociales involucrados en los debates que sucederán la decisión del Supremo Tribunal Federal (STF), la corte suprema brasileña, de junio de 2009 de suprimir la obrigatoriedad de un diploma universitario para el ejercicio del periodismo. Analizamos los textos publicados en junio de 2009 en el sitio internet de crítica de los medios *Observatório da Imprensa*. El análisis se concentra en los procesos de interacción y en los modelos retóricos articulados por periodistas, profesores, ministros de la suprema corte, sindicatos, asociaciones científicas, parlamentarios, juristas y lectores del sitio. Dichos actores negocian discursivamente una definición sobre lo que debe ser un periodista. Concluimos que las interacciones investigadas refuerzan la manutención de la identidad de los periodistas, marcada por la tensión entre una competencia técnica y una actividad intelectual. Esto acontece incluso cuando su estatuto profesional es cuestionado por un discurso de “crisis” o amenaza.

¹ Doutor em Comunicação. Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e pesquisador associado ao Centre de Recherches sur l'Action Politique em Europe (Crape). É autor do livro *Os jornalistas-intelectuais no Brasil* (Summus, 2011). E-mail: fabiop@gmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação e da Informação. Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: keniamia@yahoo.com

Palabras-clave: periodismo, identidad profesional, diploma, repertorio argumentativo, interaccionismo simbólico

ABSTRACT

This paper identifies and analyses how the discourse about education and professional competency among Brazilian journalists is reorganized and rearranged in order to build a professional identity. We seek to study the discursive strategies used by the journalists as a professional group to defend themselves on threat situations. It also studies the strategies of engagement of the public sphere deployed by social actors engaged in the debates that followed the Brazilian Supreme Court's (STF) decision in June 2009 to suppress the undergraduate diploma as a mandatory requirement to become a professional journalist. We analyse the texts published during June 2009 on the media criticism website *Observatório da Imprensa*. The corpus analysis covers the interactive processes and rhetorical models enunciated by journalists, professors, Supreme Court's justices, labor unions, scientific societies, congressmen, jurists, and website readers. These actors negotiate discursively a definition about what a journalist should be. The article concludes that such interactions seek to maintain a professional journalist identity that can be described through a tension between technical competence and an intellectual task. This tension is present even when the professional status of journalists is questioned by a "crisis" or a "threat" discourse.

Key-words: journalism – professional identity – undergraduate education – argumentative repertory – symbolic interactionism

RESUMO

O artigo identifica e analisa o processo de reorganização e reagenciamento do repertório de legitimação e de justificação da relação entre formação e competência na construção da identidade profissional dos jornalistas brasileiros. O objetivo é estudar as estratégias discursivas de defesa do grupo profissional em situação de ameaça. Também se interessa pelas modalidades de engajamento no espaço público dos atores sociais envolvidos nos debates que se seguiram à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a suprema corte brasileira, que em junho de 2009 extinguiu a obrigatoriedade do diploma superior para o exercício do jornalismo. Foram analisados os textos publicados em junho de 2009 no site de crítica da mídia Observatório da Imprensa. A leitura do corpus se centra nos interações e nos modelos retóricos articulados por jornalistas, professores, ministros do STF, sindicatos, sociedades científicas, parlamentares, juristas e leitores do site. Tais atores sociais negociam discursivamente uma definição sobre o que seria um jornalista. Conclui-se que as interações analisadas reforçam a manutenção de identidade profissional no jornalismo marcada pela tensão entre uma competência técnica e uma atividade intelectual. Esta tensão constitutiva se faz presente mesmo quando o estatuto do jornalista é questionado por um discurso de "crise" ou "ameaça".

Palavras-chave: Jornalismo - Identidade Profissional – Diploma - Repertório Argumentativo – Interacionismo Simbólico.

SUMARIO

Introdução. 1. Discurso e identidade profissional no Jornalismo. 2. Contexto da pesquisa: formação em jornalismo e identidade profissional. 3. Procedimentos metodológicos. 4. Análise: a identidade jornalística após a queda do diploma. 5. Considerações finais. 6. Referências

Introdução

O objetivo deste artigo é investigar a relação entre discurso e identidade profissional no jornalismo. O trabalho se insere no âmbito dos estudos sobre as “mudanças estruturais no jornalismo” (Pereira e Adghirni, 2011), que investigam como transformações de ordens social, econômica, jurídica e tecnológica têm impactado no mundo do trabalho dos jornalistas (Figaro, 2013), com possíveis desdobramentos em sua identidade. Esse processo se apoia em indicadores econômicos e sociológicos (crise econômica das empresas, redução do número de postos de trabalho, precarização, modificações das condições de produção e recepção dos produtos jornalísticos etc.), mas também na difusão de um discurso que tende a reforçar uma sensação de “crise” no meio jornalístico (Ruellan, 2006, 2011).

Neste artigo, tratamos justamente dessa dimensão discursiva. Como cenário de pesquisa, escolhemos os debates que se sucederam à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a suprema corte do Brasil, de abolir a formação superior em jornalismo como requisito obrigatório para o exercício da profissão. Em uma situação de “ataque” ou de “ameaça” ao estatuto dos jornalistas, qual foi a estratégia discursiva utilizada por diferentes grupos de atores sociais nas discussões sobre o “papel” do jornalismo na sociedade? Como diferentes segmentos reorganizam e reagenciam o repertório de legitimação e de justificação sobre importância e a competência do grupo dos jornalistas?

Para discutir essas questões serão analisados artigos, comentários, ensaios, matérias jornalísticas e depoimentos publicados no site de crítica de mídia Observatório da Imprensa (www.observatoriodaimprensa.com.br) em junho de 2009, logo após o julgamento no STF que extinguiu a exigência do diploma. Nesse caso, busca-se identificar modelos argumentativos e interações empreendidos com o objetivo de reforçar ou adequar a representação identitária a essa mudança na legislação. Não se trata de adotar e reforçar aqui tais discursos de legitimação que veiculam uma representação ideal-típica da profissão. Pelo contrário, a intenção é compreender como esses discursos participam de processos de construção identitária e como eles são (re)apropriados em situações de “crise” ou “ameaça” ao estatuto dos jornalistas.

Seguindo esta proposta, discutiremos, logo a seguir, nossos pressupostos teóricos e a forma como eles nos permitem avançar na construção de um referencial teórico-metodológico em torno da relação entre discurso, espaço público e identidade profissional. As conclusões do artigo se dirigem tanto na compreensão dos impactos da mudança jurídica no discurso identitário, como também pretende problematizar o problema da transformação e permanência na prática jornalística (Le Cam, Pereira e Ruellan, 2014).

1. Discurso e identidade profissional no Jornalismo

Este trabalho se inscreve em uma perspectiva construtivista dos estudos sobre identidade profissional. Buscamos sublinhar o papel do discurso enquanto instância de construção identitária. Para tanto, distanciamos de uma visão funcionalista da profissão, para a qual o discurso de legitimação em torno da função social do grupo remete a uma visão essencialista sobre a profissão (Ruellan, 1993) para centrar nosso interesse no processo de gestão da imagem pública de uma profissão (Bucher e Strauss, 1992). Nesse caso, os discursos sobre a profissão podem eventualmente construir “regimes de verdade” (Foucault, 1969) em torno da identidade profissional (Dorne e Navarro, 2011) mesmo que esse repertório não encontre uma correlação com as condições de produção jornalística.

Por isso, os grupos profissionais precisam desenvolver e manter um repertório argumentativo de legitimação com o objetivo de estabelecer uma competência em uma área particular de interesse humano (Strauss *et al*, 1964). Uma vez estabelecido, a durabilidade do estatuto dependerá igualmente da aptidão do grupo profissional para “entretar a relação entre os seus argumentos fundadores e sua prática” (Paradeise, 1985, p. 18). Os argumentos de legitimação e de justificação da competência de um grupo profissional são fundados sobre os eixos da necessidade, da ciência e da competência. Nos momentos de desestabilização, provocados pelo questionamento de sua competência e de seu monopólio, os grupos devem recorrer aos princípios de justificação que asseguram a sua autonomia. Para tanto, vão se apropriar de valores que não que faziam parte da argumentação inicial.

Observa-se uma relação estreita entre os processos de constituição, conservação e mudanças do estatuto e as condições de emissão dessa retórica de justificação. A definição que associa a atividade do jornalista ao papel que ele desempenha nas democracias (Ruellan, 1993; 1997) permite elaborar e justificar uma competência fundada em conjunto de competências específicas que permite controlar a base cognitiva da profissão (Soloski, 1993): técnicas de produção de informações, modelos de comportamento e procedimentos deontológicos adequados ao jornalista.

A esse pressuposto bastante coberto pela literatura (a relação entre discurso e identidade) (Bourdieu, 1993; Oliveira, 2007; Hall, 2000), podemos incorporar dois outros elementos: o caráter interacional dessas trocas discursivas e a forma como tais discursos participam das mudanças identitárias. Assim, o processo de negociação de uma identidade profissional se insere em uma rede complexa de interações (Strauss, 1992; Strauss *et al.*, 1964). Em um primeiro olhar, participa dessas transações, o grupo de atores ligados diretamente ao exercício da prática (“os jornalistas”) nas interrelações reflexivas que estabelecem entre si com o objetivo de estabelecer uma definição legitimadora da profissão (Ruellan, 2006). Mas outros grupos sociais também participam desse processo: as fontes de informação e os públicos, o Estado, as entidades de classe, os movimentos sociais e a própria universidade, entre outros (Moura *et al.*, 2008; Le Cam e Ruellan, 2004; Ruellan, 2006; Sant’anna, 2009). Esse cenário remete à existência de diferentes instâncias de definição de um estatuto e de construção identitária, que ultrapassa os limites propostos pelo grupo profissional e abrange situações jurídicas e organizacionais específicas, em que o reconhecimento do status do jornalista é permanentemente negociado – como o debate em torno da exigência do diploma para exercício da profissão.

O segundo ponto é a relação entre discurso e mudança estatutária. Nesse caso, nossa opção é por adotar uma perceptiva dialógica entre essas duas instâncias (Strauss, 1992), sublinhando diferentes reconfigurações: a forma os discursos podem se antecipar às mudanças, buscando direcioná-las; a maneira como mudanças em uma prática levam à necessidade de adaptações no discurso identitário; a forma como o discurso de “crise” pode esconder certas permanências estruturais em uma profissão (Le Cam, Pereira e Ruellan, 2014); ou, finalmente, em que sentido discursos funcionalista e essencialista podem ser utilizados para negar a própria inscrição sócio-histórica de uma prática.

Nesse sentido, nossa ancoragem teórico-metodológica, mesmo que se concentre inicialmente em um *corpus* textual, deve busca conectar essas duas instâncias, com o objetivo de mapear os atores que participam do debate em torno do fim do diploma, as condições de enunciação que permitem a emergência desses discursos (Dorne e Navarro, 2011) e a forma como os argumentos são articulados tendo em vista um público (real ou imaginário). Nosso interesse está justamente em observar a forma como uma identidade pode ser conservada, reajustada, transformada ou alterada discursivamente a partir de uma mudança normativa de um estatuto socioprofissional.

Nosso objeto de pesquisa se inscreve, portanto, nas manifestações públicas sobre a importância da formação em jornalismo no Brasil e na forma como a identidade jornalística é (re)construída nesse contexto. Trata-se, portanto, de compreender o estatuto do jornalismo construído em um interdiscurso, em que diferentes atores negociam em um espaço público definições em torno da profissão. Tomando como base o modelo teórico desenvolvido por Cardon, Heurtin & Lemieux (1995), podemos associar essas intervenções às competências dos sujeitos de se expressarem publicamente de forma aceitável, de acordo com o tipo de situação de interlocução. Para isso, o emissor busca articular as experiências pessoais e os recursos argumentativos que dispõem e os mobilizam frente ao público envolvido nos diferentes contextos de interação. Haveria, segundo os autores, três grandes modalidades de engajamento público, a saber:

1. *Engajamento sob o regime da crítica.* O emissor se apresenta como instância exterior aos interlocutores, assumindo uma posição de referência arbitral. A competência dos emissores está justamente na sua capacidade de introduzir esse tipo de distanciamento, que tende a afastar o público da construção dos enunciados. Integram o regime da crítica, os enunciados que

exploram a “objetividade das coisas indiscutíveis”, como os textos científicos, as estatísticas, as pesquisas de opinião, as notícias jornalísticas, as provas jurídicas, entre outros.

2. *Engajamento sob o regime da opinião.* Depende da existência de um referencial comum, um meio que permita a circulação de opiniões entre o locutor e o destinatário. Nesse tipo de intervenção, existe uma modalização mais forte do discurso do emissor (“eu acho”), ou seja, a validação de um discurso depende do status do sujeito que intervém publicamente. Haveria, portanto, uma tensão permanente entre o locutor, que busca exprimir o seu *eu*, e a exigência normativa a qual ele está submetido e que prevê a possibilidade de o outro se exprimir.

3. *Engajamento sob o regime da troca.* Trata-se de um engajamento ainda mais modalizado, pois expressa as experiências pessoais vividas por quem intervém publicamente, que devem provocar empatia nos diferentes *tus* presentes na interação. Nesse caso, existe uma tendência em adotar um estilo emotivo. Tal regime se faz presente em relatos, testemunhos e demais formas de expressão da vida pessoal do emissor.

Essa tipologia nos permite articular, na análise textual do repertório argumentativo do grupo, dois conjuntos de operadores: as modalidades de construção desses discursos e os atores sociais envolvidos no debate. Isso será feito por ocasião da análise. Antes disso, entretanto, vamos apresentar o contexto da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados.

2. Contexto da pesquisa: formação em jornalismo e identidade profissional

No Brasil, durante 40 anos (de 1969 a 2009), o estatuto de jornalista esteve associado à posse de um diploma superior em Jornalismo. A relação entre formação universitária e acesso ao mercado de trabalho levou a uma situação particular, em que a posse do diploma era associada à própria noção de profissionalismo partilhada pelo grupo profissional (Le Cam e Ruellan, 2004). Durante todo período coberto pela lei de 1969, era jornalista, no Brasil, quem tivesse formação superior em Jornalismo – essa era a definição, por exemplo, defendida pelos sindicatos laborais.

Essa situação legal levou a um aumento considerável no número de cursos superiores de jornalismo (como forma de atender às exigências da lei e às demandas do mercado de trabalho). No início de 2013, mesmo quatro anos após o fim da lei do diploma, ainda existiam 307 formações universitárias em jornalismo, no Brasil, a maior parte delas (263) oferecidas por instituições privadas de ensino superior, segundo dados do Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/>).

Ao analisar os impactos dessa concepção estatutária, Albuquerque (2006) acredita que ela teria enfraquecido os laços entre a identidade e a prática jornalística. De fato, o texto do decreto-lei 972/1969³ não se preocupou em estabelecer parâmetros comuns à profissão, mas se limitou a descrever as condições de acesso e prever um conjunto de atividades cujo exercício seria privativo aos jornalistas. Nossa percepção, contudo, é que o debate identitário não se limita apenas ao processo formal de definição legal do estatuto profissional (e que dá origem ao decreto-lei de 1969), mas se encontra disperso nos diferentes momentos históricos (e nas diferentes instâncias) em que esse debate é retomado e rearticulado a partir dos atores sociais interessados em discutir a identidade jornalística (Ruellan, 2011). É o caso das discussões que se seguiram ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão.

O fim da exigência da posse de um diploma de jornalismo para exercício da profissão foi resultado de um julgamento no Supremo Tribunal Federal do Brasil de uma ação impetrada em 2001, pelo Ministério Público de São Paulo. Neste ano, a 16ª Vara Federal daquele estado concedeu, em tutela antecipada, a não obrigatoriedade do diploma em todo o País. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e a União recorreram da decisão ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que, em 2005, revogou decisão da primeira instância. O julgamento da questão do diploma coube ao

³ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm

Supremo Tribunal Federal em resposta a um recurso extraordinário, interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Sertesp)⁴.

A obrigatoriedade da formação superior em Jornalismo foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 17 de junho de 2009, por 8 votos a 1. Ao decidirem pelo fim da exigência do diploma, os ministros do STF se utilizaram de argumentos de ordem jurídica (em torno da constitucionalidade de um decreto instituído durante o regime militar e da forma como isso feria o direito à liberdade de expressão), como também se preocuparam em definir o jornalismo, visto como uma profissão exercida por pessoas que possuíam “intimidade com a palavra” ou “olho clínico”. Durante o julgamento, o jornalismo foi comparado pelo relator do processo e então presidente do STF, Gilmar Mendes, a uma atividade semelhante à culinária, moda ou costura e que, por isso, prescindiria de uma formação superior.

Ao propor uma análise desse episódio, Dorne e Navarro (2011) situam a queda do diploma em um contexto mais amplo de relativização da importância da educação superior no exercício da profissão, de reconstrução da identidade jornalística dentro de uma lógica capitalista, que leva a uma abertura do mercado de trabalho a outros estatutos profissionais. “The identity of a journalist who prior to the Court’s decision was marked by difference with regards to professionals in other fields of knowledge, may now congregate these areas and absorb them” (Dorne e Navarro, 2011, p. 238). Dorne e Navarro (2011) mostram ainda que boa parte dessa ordem argumentativa foi construída e difundida pelas próprias empresas de comunicação no Brasil.

3. Procedimentos metodológicos

A operacionalização desta pesquisa se deu por meio da análise de um corpus gerado a partir da leitura dos textos sobre o fim da exigência do diploma publicados no site do Observatório da Imprensa (OI). Fundado em 1996, como projeto originalmente ligado ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o Observatório da Imprensa é uma publicação regular de análise e crítica da mídia. Atualmente, o projeto reúne um site de internet, um programa de televisão – ambos com periodicidade semanal – e um programa diário de rádio. Entre cada edição, o site recebe atualizações constantes.

Sua versão digital tem a intenção de funcionar como um fórum de discussão e de acompanhamento dos meios de comunicação⁵. O site do OI publica artigos, produzidos por sua equipe, enviados por colaboradores ou reproduzidos de outros veículos. Abre espaço para intervenções de pessoas e instituições dos mundos jornalístico, acadêmico e político. Por isso, foi um espaço importante de discussão sobre o fim da obrigatoriedade do diploma. Isso permitiu a constituição de um *corpus* de análise rico do ponto de vista numérico e de representatividade e de variedade de atores sociais.

Foram analisados os textos publicados nas edições nº 543 (23/06/2009)⁶ e nº 544 (30/06/2009)⁷ do Observatório da Imprensa – incluindo também artigos inseridos no site após o lançamento das edições. Todos os textos haviam sido agrupados no OI sob a retranscrição ‘Diploma Desnecessário’, o que facilitou a coleta do material e a constituição do *corpus*. Ao todo, foram selecionados 109 itens, dentre artigos de opinião, ensaios, notícias, cartas e depoimentos.

Após a leitura dos textos, construímos uma grade analítica que permitiu a operacionalização das discussões sobre jornalismo e identidade apresentadas na seção anterior. A análise foi operacionalizada por meio de três macro-categorias: I) rede de atores que participaram do debate após a decisão do STF; II) articulação entre os atores envolvidos no debate e as modalidades de intervenção no espaço público, conforme o modelo proposto por Cardon,

⁴ Sobre o histórico do julgamento sobre a obrigatoriedade do diploma, ver reportagens publicadas no site do STF (<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>) e do Ministério Público Federal (http://www.prr3.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&task=view&id=219).

⁵ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oiobjetivos>. Acessado em 26/07/2011.

⁶ http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/edition_section/543 Acessado em 26/07/2011.

⁷ http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/edition_section/544 Acessado em 26/07/2011.

Heurtin e Lemieux (1995); III) definições sobre a prática jornalística e a identidade do jornalista presentes no debate.

Os textos foram tabulados a partir das macrocategorias empregadas. O procedimento de codagem permitiu uma leitura panorâmica do *corpus* e também a seleção de alguns itens que pudessem ser submetidos a uma análise qualitativa.

4. Análise: a identidade jornalística após a queda do diploma

As análises sobre a identidade de jornalistas geralmente enfatizam uma concepção da profissão construída “de dentro”, que reforçam a retórica emitida pelo grupo de jornalistas (Ruellan, 2006). Entretanto, a construção dessa retórica deve ser situada em contextos de interação simbólica em que atores sociais negociam suas identidades profissionais. Nesse caso, nossa atenção se voltou para identificar quais vozes foram articuladas logo após da decisão do STF e como esses atores dialogam entre si ao definirem a profissão de jornalista.

Em um primeiro momento, analisamos o estatuto socioprofissional dos autores dos 109 textos publicados no OI. Essa opção se mostrou limitada. Apesar de todos os textos serem assinados, a maior parte dos textos (69) não trazia indicações biográficas dos autores. Em alguns casos, o autor se identificava. Em outros casos, os autores eram suficientemente conhecidos para que pudéssemos inferir o estatuto, como no caso do jornalista Alberto Dines e do professor Muniz Sodré. Assim, dos textos em que foi possível identificar o autor, encontramos 20 jornalistas e 8 professores de jornalismo. Além disso, um texto foi assinado por uma associação profissional, quatro por estudantes de jornalismo e os demais se dividiam entre outros estatutos.

Decidimos, em seguida, incorporar à análise uma descrição das principais fontes utilizadas ou citadas nos textos. Essas fontes eram usadas com frequência para descrever uma situação (como o próprio julgamento do STF), endossar uma linha argumentativa ou introduzir um tópico de discussão. Essa segunda abordagem mostrou que, além das falas de jornalistas, professores e estudantes, os textos se constituíam em espaços de discussão nos quais se entrecruzavam as posições dos ministros do STF, de entidades de classe e associações profissionais, sociedades científicas, parlamentares, juristas e procuradores, do próprio OI (por meio de um editorial) e de alguns leitores, que enviaram comentários, editados e publicados no site. Essa multiplicidade de intervenções remete a uma espécie de dispersão do discurso que constitui o jornalismo (Ringoot e Utard, 2005). No *corpus*, interagem argumentos de ordem corporativa, política, jurídica, acadêmica, deontológica, além de depoimentos sobre a trajetória pessoal de alguns autores.

Em nossa leitura, as intervenções mais significativas foram veiculadas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal ao justificarem o fim da obrigatoriedade do diploma. Mais do que argumentos de ordem jurídica, os trechos destacados no OI remetem a uma tentativa de definição do jornalismo. Para isso, utilizam analogias com outras profissões, como a culinária. Os ministros também se preocuparam em distinguir o jornalismo de outras profissões, como a medicina e a engenharia – detentoras, opinião dos ministros, de técnicas específicas que só poderiam ser ensinadas em uma faculdade. Nesse sentido, retoma-se a concepção de que o jornalismo não seria, a rigor, uma profissão, mas uma ocupação para pessoas que possuíssem talento ou vocação para escrever, conforme destacou o ministro Ayres Britto: “não se pode fechar as portas dessa atividade comunicacional que em parte é literatura, em parte é arte, muito mais do que ciência, muito mais do que técnica” (*apud* Lopes, 23/06/2009).

Uma segunda ordem de argumentos buscou definir o jornalismo, tentando situar qual seria sua responsabilidade ou seus possíveis impactos para a sociedade. Assim, para o ministro Gilmar Mendes, não faria sentido vincular o exercício profissional à posse de um diploma, pois o jornalismo teria pouco impacto na vida de terceiros, se comparado a outras profissões (engenharia, medicina). Já o ministro Cezar Peluso admitiu que a atividade jornalística, quando exercida de forma irresponsável, poderia causar danos à sociedade, mas que os cursos universitários eram incapazes de resolver esse problema (Machado, 30/06/2009). Único ministro a defender a obrigatoriedade do diploma, Marco Aurélio de Mello afirmou que a formação superior em jornalismo representaria uma segurança jurídica contra erros cometidos pela imprensa (Camargo, 23/06/2009).

Ainda dentro dos potenciais impactos do jornalismo, a relação entre regulamentação profissional e cerceamento à liberdade de imprensa foi discutida pelo ministro Gilmar Mendes. O ministro classificou a atividade jornalística como “umbilicalmente ligada às liberdades de expressão e de informação” (*apud* Koifman, 30/06/2009), de modo que o Estado não teria legitimidade para legislar sobre o exercício da profissão. O tema também aparece no voto do ministro Ricardo Lewandowski: “Esse decreto é mais um entulho do autoritarismo da ditadura militar que pretendia controlar as informações e afastar da redação dos veículos os intelectuais e pensadores que trabalhavam de forma isenta” (*apud* Veloso, 23/06/2009).

A decisão pelo fim da obrigatoriedade do diploma e os argumentos defendidos pelo STF delimitaram as intervenções observadas no *corpus*. Ou seja, os atores sociais passaram a negociar suas posições tendo em vista as concepções defendidas pelos ministros do Supremo. Nossa observação permitiu sistematizar essas intervenções em três grandes grupos: I) as atores que elaboraram argumentos em resposta às posições do STF; II) os textos que propunham discutir os significados dessa decisão para a democracia brasileira; e III) as intervenções sobre os impactos da queda do diploma para a profissão e atividade jornalística.

No caso dos textos que ensaiaram uma *resposta aos argumentos do Supremo*, a maior parte das intervenções classificou como equivocada a decisão. Autores e fontes – a maior parte jornalistas e professores de jornalismo – acusaram os ministros de desconhecem a prática jornalística. Para isso, fizeram uso de uma retórica que misturava o discurso profissional-corporativista e o acadêmico, no sentido de elaborar uma definição mais acertada do que seria a atividade jornalística. Isso está presente, por exemplo, na fala do professor Edson Spenthof, então presidente do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), citado em um texto jornalístico de autoria de Renata Camargo, publicada em 23/06/2009:

Ao dizer que precisa derrubar o diploma porque ele atinge a liberdade de pensamento e expressão, estão falando que o exercício da profissão de jornalismo é o exercício da opinião e não da formação técnica de produção e conhecimento. Julgou-se a atividade pelo que ela não é. O jornalista não deve manifestar o seu pensamento nas notícias (*apud* Camargo, 23/06/2009).

Esse tipo de postura aparece também na fala do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), formado em jornalismo. Além de defender uma especificidade técnica para a profissão, Pimenta buscou rebater a tese de que os danos sociais produzidos por jornalistas seriam limitados:

A história cansou de demonstrar que o jornalismo produzido por pessoa inepta pode causar sérios e irreparáveis danos a terceiros, maculando reputações, destruindo vidas e nodoando de forma irreversível o princípio democrático. Não é por outra razão que hoje para se conseguir um diploma de jornalismo em curso superior de ensino, exige-se o efetivo e comprovado aprendizado (*apud* Camargo, 30/06/2009).

No *corpus*, observamos também um número razoável de intervenções que classificaram como acertada a decisão do STF. Elas incluem posições de jornalistas contrários à obrigatoriedade do diploma e que partilham do posicionamento em torno de uma competência adquirida pelo talento e não pela formação universitária. Reforçam essa concepção os argumentos apresentados durante o julgamento pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Também está presente na sustentação feita pela advogada do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (Sertesp), Taís Gasparian:

É uma profissão intelectual ligada ao ramo do conhecimento humano, ligado ao domínio da linguagem, procedimentos vastos do campo do conhecimento humano, como o compromisso com a informação, a curiosidade. A obtenção dessas medidas não ocorre nos bancos de uma faculdade de jornalismo (*apud* Najjar, 23/06/2009).

Na fala de Gasparian também está presente o argumento de que a exigência do diploma atentaria contra a liberdade de expressão e o livre pensamento, garantidos pela Constituição brasileira.

Um segundo grupo de intervenções buscou **discutir os significados da decisão do STF** no contexto mais amplo da democracia brasileira. Tratam-se, na maior parte, de falas que poderiam ser classificadas como “intelectuais” ou “experts”, na medida em que os argumentos pendem para uma retórica acadêmica, mais do que corporativa. Nessa linha, se enquadra o texto ‘A polêmica sobre o fim do diploma’, publicado no dia 24/06 e que recorre a José Paulo Cavalcanti Filho, especialista em Direito da Comunicação como fonte principal. Em duas declarações, o

jurista avalia o resultado do julgamento como uma forma extrapolação das atribuições do STF, que estaria assumindo funções legislativas. O autor argumenta que a liberdade de expressão teria sido apropriada de forma equivocada nesse debate. “Democracia não é só liberdade de informar. É também a mais absoluta responsabilidade no uso da liberdade de informar. Há limites democráticos que devem ser consensualmente observados” (*apud* Diniz, 24/06/2009).

Destacamos ainda as intervenções de Alberto Dines e Muniz Sodré, que buscam a desconstruir a concepção de que a decisão do STF teria sido motivada pela defesa da democracia e do interesse público. Para eles, o fim da obrigatoriedade do diploma serve aos objetivos das empresas de comunicação. Eles argumentam que, em um cenário futuro, isso poderia afetar a qualidade do jornalismo e trazer consequências negativas para toda sociedade. “Estes novos defensores da liberdade de expressão até agora não se deram ao trabalho de explicar à sociedade que lhes conferiu o diploma de representantes do interesse público” (Dines *apud* Diniz, 24/06/2009).

No terceiro grupo de intervenções, estão as falas de entidades de classe e de parlamentares. Eles **discutem o futuro do jornalismo** após a decisão do STF. De um lado, atores como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e um grupo de parlamentares de esquerda condenam a decisão e propõem a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição como forma de reestabelecer a obrigatoriedade do diploma⁸. Essas intervenções também convergem ao afirmarem que a mudança no estatuto levará à precarização das relações de trabalho e pode resultar na desqualificação dos quadros profissionais e na perda de qualidade da imprensa em geral. “Isso empurra os salários para baixo, elimina garantias que os jornalistas conseguiram após décadas de lutas e transforma a atividade de comunicação em uma selva”, resumiu o presidente da ABI, Maurício Azêdo (*apud* Diniz, 24/06/2009).

Outro grupo, que inclui a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), classificou como positiva a decisão do STF. Essas entidades acreditam que a queda do diploma não deve afetar o mercado de trabalho, a exemplo de Tonet Camargo, diretor do comitê de relações governamentais da ANJ:

A decisão consagra no direito o que já acontecia na prática, ou seja, não modifica a situação atual. A ANJ continua prestigiando os cursos de Jornalismo e reconhecendo a validade do diploma de jornalismo. Mas o que estava em jogo no Supremo era o diploma como pré-requisito para o exercício da profissão (*apud* Mariano, 23/06/2009).

Uma segunda aplicação da nossa grade de análise ao *corpus* consistiu em uma classificação das modalidades de intervenção predominantes e a forma como elas se relacionavam com os atores sociais envolvidos e o repertório de argumentação utilizado. Buscamos, nesse caso, reconhecer os três principais regimes de engajamento (crítica, opinião e troca) predominantes nas situações de interlocução analisadas (ver Tabela 01). Optamos, nesse caso, por uma leitura e codagem criteriosa de todos os textos, que foram em seguida reagrupados de acordo com a situação de interação e os modelos de engajamento adotados, sem cair, contudo, num procedimento de quantificação do corpus.

Situações de interação	Atores sociais envolvidos	Modelos de engajamento utilizados
Argumentos que subsidiaram a votação dos ministros do STF	Ministros dos STF	Opinião e crítica
Resposta às falas dos ministros	Jornalistas e professores de jornalismo	Opinião
Atribuição de significados sociais à decisão do STF	Intelectuais e experts	Opinião
Impactos da decisão na profissão de jornalista	Entidades de classe e parlamentares	Opinião, Crítica e Troca

⁸ Em abril de 2014, duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) com o objetivo de restabelecer a exigência do diploma universitário em jornalismo para o exercício da profissão tramitavam na Câmara, sendo que uma delas (a PEC 33/2009) já havia sido aprovada pelo Senado Federal.

Crítica à formação em Direito para exercício da profissão	Jornalistas e estudantes	Troca e Opinião
Comparação com outros estatutos profissionais	Jornalistas	Opinião

Tabela 1: Análise das situações de interação e dos modelos de engajamento observados nos textos públicos no OI de 23/06 a 30/06/2009. Elaborada pelos autores

As intervenções no *Observatório da Imprensa* remetem a um esforço razoável de modalização por parte dos emissores em torno de engajamentos sob o regime de opinião. Essa predominância por um regime de opinião está relacionada, é claro, com o perfil dos atores sociais envolvidos no debate, mas também remete ao público a qual se destinam os artigos publicados no OI. De fato, um estudo da audiência do site, referente ao mês de junho de 2011 mostra que o OI é lido principalmente por jornalistas (13,75%), executivos (11,87%), professores (13,11%) e estudantes (5,35%)⁹.

O outro ponto de interesse da leitura que fazemos da Tabela 01 é o caráter evolutivo do debate (Strauss, 1992). Originalmente pautado pelas intervenções produzidas no âmbito do Poder Judiciário (e que trabalham em torno da exposição de “verdades”/regime de crítica e de uma retórica argumentativa/regime de opinião), o debate evolui para um conjunto de intervenções que visam endossar, rebater ou avaliar argumentos elaborados pelos ministros do STF e outros atores sociais (opinião). Um terceiro efeito é a difusão de histórias pessoais ou pontos de vista sobre o futuro da profissão e o incômodo causado pelo processo de desregulamentação do jornalismo (opinião e troca). Nesse ponto, observamos o uso de uma retórica mais emotiva, carregada de palavras de ordem, tanto por parte dos estudantes, como de jornalistas e entidades de classe.

Ao interagirem com a decisão do STF, os atores sociais esboçaram definições em torno de um tipo ideal de profissão jornalística. Parte desse repertório argumentativo recorreu a uma definição funcionalista da profissão, mencionando alguns elementos que seriam específicos à prática jornalística. Nesse caso, não observamos variações entre os argumentos em defesa do diploma e os elementos que estariam associados a uma ideologia profissional dos jornalistas: o jornalismo como um serviço público, como um observador imparcial dos fatos, como uma profissão autônoma, um narrador dos eventos da atualidade e detentor de um sentido de ética ou legitimidade (Deuze, 2005). Os extratos apresentados a seguir ilustram bem esse processo de integração da definição funcionalista do jornalismo a essa retórica de argumentação do grupo profissional:

No embate, *a ética dos jornalistas possui um trunfo: a credibilidade de reconstruir a diversidade equânime do real é, sem dúvida, o maior patrimônio de qualquer instituição jornalística. (...) Assim, o jornalista deve posicionar-se constantemente de maneira crítica nas redações, questionando, resistindo e negociando a reconstrução da realidade apresentada por esses veículos. Sua ética torna-se uma postura de constante confronto (...) Desta maneira, a perícia principal do jornalismo é a seleção dos fatos atuais de relevância pública para a difusão coletiva.* Para isso, o profissional precisa de uma profunda formação humanística baseada na compreensão do que seja o público, o convívio social, a diversidade cultural e as relações democráticas. O jornalista atua como fomentador do debate público, essencial para as decisões partilhadas (Costa Filho, 23/06/2009, grifo nosso).

Quando um jornalista escreve ou fala sobre o trânsito, a violência, a política, o futebol, *ele faz o que faz amparado por um critério fundamental: ser o mais neutro possível, ouvir e respeitar as opiniões dos entrevistados e, principalmente, apresentar uma reportagem que tenha lógica ou, no termo mais popular, que seja construída para o "interesse público"* (Bressan, 23/6/2009, grifo nosso)

(...) *Os jornalistas possuem uma relativa autonomia, pois antes de estarem comprometidos com uma organização, estão comprometidos, formados e orientados pelas normas profissionais que são transorganizacionais. É nesse sentido que a formação humanística e profissional, adquirida em*

⁹ O estudo foi gentilmente cedido para fins deste estudo pelo editor-chefe do OI, Luiz Egypto de Cerqueira.

grande medida através de um curso superior, faz-se necessária e ainda não suficiente (o que mereceria ainda a intensificação da formação e do seu controle da qualidade, instituindo-se quem sabe uma espécie de teste de qualificação)” (...) (Anchieta, 23/6/2009, grifo nosso)

Para o jornalista e teórico José Marques de Melo, *o jornalismo pode ser definido como “ciência que estuda o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade, através dos veículos de difusão coletiva”*. Portanto, uma formação básica é fundamental para o exercício do jornalismo (Moreira, 30/6/2009, grifo nosso)

Como já mencionamos nas seções anteriores, vários desses argumentos se inserem no esforço de professores e especialistas de teorizarem em torno do jornalismo com o objetivo de justificar a formação superior. Não há nenhuma originalidade nesse tipo de procedimento, já que ele remete a um discurso relativamente cristalizado em torno da identidade profissional dos jornalistas – mesmo que dificilmente se concretize no cotidiano das redações.

Mas o *corpus* também apresentou um esforço dos atores envolvidos na discussão de aproximar/distinguir o jornalista de outros estatutos profissionais, tanto para legitimar como para desqualificar a necessidade de uma formação superior. Nesse caso, destacam-se as comparações com as profissões de médico, engenheiro, advogado e juiz.

Observamos que uma parte considerável dos textos buscou simplesmente demonstrar que se, os argumentos do STF também fossem aplicados aos advogados e juízes, o diploma de direito deveria ser revogado como requisito para exercício dessas profissões. Tais intervenções adotaram um tom passional ou irônico para defender esse posicionamento.

Não vale a pena reproduzir todos os trechos em que esse tipo de retórica aparece. Destacaremos aqui trecho do artigo ‘É preciso diploma para exercer a advocacia?’, publicado por Fábio Koifman em 30/06/2009. No texto, Koifman que defende que o próprio direito estabelece que o conteúdo das leis deve ser acessível a todos. Por isso, a própria coletividade, em teoria, deveria estar em condições de defender seus direitos, “não carecendo de técnica ou conhecimento científico suplementar para fazê-lo” (Koifman, 30/06/2009).

Um segundo grupo de intervenções pretende aproximar o jornalismo de algumas ocupações que, segundo a sociologia funcionalista, apresentariam alto grau de profissionalização (Hugues, 1960), como a medicina, a engenharia e o direito. Nessa comparação defende-se a ideia de que o jornalista teria o mesmo status que outros profissionais liberais. Por um lado, a exigência de formação seria um pré-requisito para o exercício responsável do jornalismo. Nesse caso, da mesma forma que a medicina e a engenharia podem causar vítimas por negligência ou irresponsabilidade, um jornalista sem formação “escreve com erros de português grotescos e erros éticos e morais aviltantes que ferem a integridade de centenas de pessoas” (Melhorança, 30/06/2009). A diferença, nesse caso, estaria na falta de mecanismos de regulação (como os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os Conselhos Regionais de Medicina e a Ordem dos Advogados do Brasil), uma reivindicação antiga da categoria.

Finalmente, alguns textos tendem a situar o fim da obrigatoriedade do diploma como parte de um processo geral de desregulamentação das profissões que poderia afetar outros estatutos: “Aguardem, meus amigos, e não se espantem se em breve começarem a receber receitas de **médicos** falsos, forem julgados por **juízes práticos** ou quem sabe até ver seus queridos filhos e netos serem alfabetizados por **professores** que não sabem como e o que ensinar” (Nogueira, 23/06/2009, grifo nosso). Esse tipo de retórica também aparece no texto de João Serralvo, publicado na semana seguinte: “O desmanche das faculdades de Jornalismo não vai passar oculto ou despercebido. É tão absurdo como seria acabar com as faculdades de Medicina. Sem elas, a nossa comunidade médica seria um bando de curandeiros” (Serralvo, 30/6/2009).

5. Considerações finais

Neste artigo, nos debruçamos sobre a relação entre discurso e identidade profissional a partir de análise de uma momento/situação em que o estatuto dos jornalistas se encontrava “ameaçado” ou em “crise”. No contexto brasileiro, o fim da obrigatoriedade do diploma pode ser visto como um momento de ruptura em que se questiona um importante mecanismo de reconhecimento das etapas formais de atribuição do status de jornalista. Altera-se, portanto, por decisão externa ao grupo, uma condição definida por lei quatro décadas atrás.

Nesse sentido, os debates que se seguiram após o fim da exigência do diploma buscaram se antecipar a dois cenários: o impacto direto dessa mudança no mercado de trabalho e na prática jornalística (em termos de “qualidade da informação”) e os efeitos em termos de discurso identitário – se seguirmos, nesse caso, a proposta de Albuquerque (2006) de vincular a formação ao esvaziamento desse debate no Brasil.

No primeiro caso, estudos conduzidos por Renault (2012), em Brasília, Carvalho e Messagi Júnior (2014), no estado do Paraná, e por Mick (2012) e Mick e Lima (2013), no âmbito nacional, mostram que os impactos reais dessa mudança na estrutura do mercado de trabalho não foram tão expressivos. Os efeitos da queda do diploma, segundo Jacques Mick consistiriam sobretudo na redução do número de formações em jornalismo oferecidas por instituições privadas de ensino superior e o declínio do número de registros profissionais em Jornalismo – provocado pela falta de interesse (e de necessidade) dos egressos em solicitar o registro antes de ingressar no mercado de trabalho. No que diz respeito à demografia do grupo, a enquête nacional conduzida por Mick e Lima (2013) mostra que 89,2% dos jornalistas em atividade possuem formação na área. Já o receio de uma substituição de jornalistas formados por profissionais sem formação não ocorreu. Pelo menos nos grandes centros, como explica Renault (2012). Carvalho e Messagi Júnior (2014) constataram que no estado do Paraná também não houve aumento do número de pedidos de registro profissional. Com a oferta abundante de egressos da universidade, as empresas jornalísticas não teriam sentido necessidade em contratar jornalistas não-diplomados.

Não temos dados que possam embasar os argumentos em torno dos impactos do fim do diploma na qualidade da informação jornalística (e os seus efeitos, por exemplo, na democracia). Em nossa leitura de senso comum, parece que não houve grandes transformações relacionadas ao fim da obrigatoriedade do diploma na forma como o jornalismo tem sido praticado no Brasil.

No que se refere à identidade profissional, nosso estudo mostra que, apesar do discurso de “crise” ou “ameaça” à profissão, observamos uma relativa estabilidade na definição do jornalista veiculada, pelo menos no debate que se seguiu ao fim do diploma. Os atores sociais envolvidos nas discussões publicizadas pelo *Observatório da Imprensa* terminaram por recorrer a uma ambivalência constitutiva do jornalismo na hora de descrever as características da profissão. Ela dividiria, nesse caso, entre o reconhecimento de uma competência técnica e de uma formação intelectual, humanista (Ruellan, 1993). O embate reforça, nesse caso, as contradições de uma cultura profissional que defende a imagem do jornalista como *self-made man*, cuja ascensão profissional dependeria do talento individual, mais do que uma formação específica (Frith e Meech, 2007). De outro lado, a mesma cultura profissional busca equiparar o jornalismo ao status de “profissão”, ou seja, ocupação especializada, fundamentada por uma base teórica e por uma competência específica, bem como por mecanismos de controle jurisdicional de acesso ao mercado de trabalho.

Os discursos de mudança, emitidos por ocasião da decisão do STF, consistiriam, portanto, em estratégias corporativas de encobrimento das realidades estruturais (Ruellan, 2004; 2006), que acabaram por reforçar uma ideologia profissional já estabelecida, fortemente calcada em argumentos corporativos. Nesse contexto, nada mais ilustrativo que uma declaração feita pela Federação Nacional de Jornalistas uma semana após o fim da obrigatoriedade do diploma: “em que pese o duro golpe na educação superior, os cursos de Jornalismo vão seguir capacitando os futuros profissionais e, certamente, continuarão a ser a porta de entrada na profissão para a grande maioria dos jovens brasileiros que sonham em se tornar jornalistas” (*apud* Motta, 23/06/2009).

6. Referências

Albuquerque, A. “A obrigatoriedade do diploma e a identidade do jornalista no Brasil: um olhar pelas margens”. *Contracampo* (14), pp. 71-9, 2006

Anchieta, I.. “Um risco para a democracia”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um_risco_para_a_democracia. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Bourdieu, P.. ‘À propos de la famille comme catégorie réalisée’. *Actes de la recherche en sciences sociales* (100), pp. 32-36, 1993.

Bressan, J. G.. “A (in)justiça do Supremo”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_injustica_do_supremo. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Bucher, R.; & Strauss, A. “La dynamique des professions”. En: Strauss, A. *La trame de la négociation. Sociologie qualitative et interactionnisme*, pp. 67-86, Paris, L’Harmattan, 1992.

Camargo, R. “Regulamentação de jornalista vira incógnita”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/regulamentacao-de-jornalista-vira-incognita> >. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Camargo, G ; & Messagi Junior, M. Diploma de Jornalismo no Brasil: reserva corporativista ou marco da autonomia profissional?” *Pauta Geral. Estudos em Jornalismo* (2/2), pp. 55-72, 2014.

Cardon, D.; Heurti N, J-P.; & Lemieux, C. « Parler en Public ». *Politix* (31), pp. 5-19, 1995.

Costa Filho, I. S. ‘Por que o bacharelado é imprescindível para a sociedade?’”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/por_que_o_bacharelado_e_imprescindivel_para_a_sociedade. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Deuze, M. “What is journalism? Professional identity and ideology if journalists reconsidered”. *Journalism* (6/4), pp. 442-464, 2005.

Diniz, L. “A polêmica sobre o fim do diploma”. *Observatório da Imprensa* (543), 24 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-polemica-sobre-o-fim-do-diploma>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Dorne, V. D.; & Navarro, P. “The journalist’s identity in the social media: discursive practices and subjectification”. *Acta Scientificarum. Language and Culture* (33/2), pp. 231-240, 2011.

Figaro, R. “Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas”. *E-Compós* (16/1), pp. 1-20, 2013.

Frith, S; & Meech, P. “Becoming a journalist. Journalist education and journalism culture”. *Journalism* (8), pp. 137-163, 2007.

Foucault, M. *L’Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

Hall, S. ‘Quem precisa de identidade?’ En: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, pp. 103-133. Petrópolis: Vozes, 2000.

Hughes, E. The Professions in Society. *The Canadian Journal of Economics and Political Science / Revue Canadienne d’Economie et de Science Politique* (26/1), pp. 56-61, 1960.

Koifman, F. “É preciso diploma para exercer a advocacia?”. *Observatório da Imprensa* (544), 30 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/e-preciso-diploma-para-exercer-a-advocacia>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Le Cam, F.; & Ruellan, D. “Professionnalisme, professionnalisation et profession de journaliste au Brésil, en France et au Québec: un essai de comparaison”. En: Legavre, J-B. (org.). *La presse écrite: objets délaissés*, pp. 53-69, Paris: L’Harmattan, 2004.

Le Cam, F., Pereira, F. H., & Ruellan, D. Introduction: Changements et permanences du journalisme. En: Le Cam, F., & Ruellan, D. (org.). *Changements et permanences du journalisme*, p. 7-17. Paris. L’Harmattan, 2014.

Lopes, P. “A profissão de jornalista dispensa qualificação profissional”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-profissao-de-jornalista-dispensa-qualificacao-profissional>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Machado, C. S. “Perdoem. Eles não sabem o que fazem”. *Observatório da Imprensa*, (544), 30 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/perdoem-eles-nao-sabem-o-que-fazem>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Mariano, J. “E agora, José?”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/e-agora-jose--13500>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Melhorança, D. Um estímulo à falta de educação. *Observatório da Imprensa* (544), 30 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um-estimulo-a-falta-de-educacao>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Mick, J. “The expansion of journalism education in Brazil and the redesign of the professional category”. En: *I Congresso Internacional sobre Estudos de Periodismo*. Santiago – Chile, 2012.

Mick, J; & Lima, S. *Perfil do Jornalista Brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2013.

Moreira, S. C. “Diploma(dos) da cozinha”. *Observatório da Imprensa* (544), 30 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/diplomados_da_cozinha. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Motta, R. “Fomos omissos. E arrombaram a porta”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/fomos-omissos-e-arrombaram-a-porta>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Moura, D. O. ; Santanna, F. C. C. M. ; Silva, L. M. ; Adghirni, Z. L. ; & Pereira, F. H. *Journaliste un jour, journaliste toujours*. In: Augéy, D.; Demers, F.; & Têtu, J-F. (Orgs.). *Figures du Journalisme: Brésil, Bretagne, France, La Réunion, Mexique, Quebec*, pp.131-145, Quebec: PUL, 2008.

Najjar, E. ‘Exigência fere a liberdade de expressão?’ *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/exigencia-fere-a-liberdade-de-expressao>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Nogueira, R. “Uma decisão deprimente”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma-decisao-deprimente>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Oliveira, M. *Metajornalismo: quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Coimbra: Grácio Editor, 2010.

Paradeise, C. « Rhétorique professionnelle et expertise ». *Sociologie du travail* (85/1), pp. 17–31, 1985.

Pereira, F. H.; & Adghirni, Z. L. “O jornalismo em tempo de mudanças estruturais”. *Intexto* (1/24). Porto Alegre: UFRGS, pp. 38-57, 2011.

Renault, D. O jornalismo sem diploma e o mercado de trabalho. In: Pereira, F. H.; Moura, D. O; & Adghirni, Z. L. *Jornalismo e Sociedade: Teorias e metodologias*, pp. 99-119, Florianópolis: Insular, 2012.

Ringoot, R.; & Utard, J.-M. “Genres journalistiques et ‘dispersion’ du journalisme”. En: Ringoot, R. ; & Utard, J.-M. (Orgs.). *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*, pp. 21-47. Rennes: PUF, 2005.

Ruellan, D. *Professionnalisme du flou. Identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble: PUG, 1993.

Ruellan, D. *Les pro du journalisme. De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes: PUR, 1997.

Ruellan, Denis. A roupa justa do jornalista: o estatuto profissional à prova da jurisprudência. EN *Anais do XII Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Comunicação (COMPÓS)*. São Bernardo do Campo (SP), 2004 a.

Ruellan, D. Corte e costura do jornalismo. *Líbero* (18), pp. 31-40, 2006.

Ruellan, D. *Nous journalistes. Déontologie et identité*. Grenoble : PUG, 2011.

Sant'anna, F. *Mídia das Fontes, um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal*. Brasília: Edições Técnicas do Senado Federal, 2009.

Serralvo, J. “Deboche fora de lugar”. *Observatório da Imprensa* (544), 30 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/deboche-fora-de-lugar>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.

Soloski, J. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. En: Traquina, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*, pp. 91-100. Lisboa: Vega, 1993.

Strauss, A. L. *Miroirs et masques. Une introduction à l'interactionnisme*. Paris: Métailié, 1992.

Strauss, A; Schatzman, L; Bucher, R; Ehrlich, D; & Sabshin, M. *Psychiatric Ideologies and Institutions*. Glencoe: The Free Press, 1964.

Veloso, A. “Mãe, quero ser advogado-jornalista-engenheiro-palpiteiro”. *Observatório da Imprensa* (543), 23 jun. 2009. Seção Diploma Desnecessário. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/mamae-quero-ser-advogadójornalistaengenheiropalpiteiro>>. Acesso em: 8 Abr. 2014.